

Questões enviadas em 07 de dezembro de 2021, via email (anna@apublica.org.br) para a Sustainable Carbon. Respostas enviadas em 14 de dezembro de 2021, conforme segue:

- Quais são as etapas do processo de verificação de um projeto a partir do Padrão Verified Carbon Standard (VCS) da Verra? Quantas vezes o Ecomapuá Amazon REDD Project já passou por esse processo, em quais períodos e quais as entidades envolvidas nos estágios de validação e auditoria?

Sustainable Carbon: As etapas do processo de verificação de um projeto sob o VCS são:

- 1- Desenvolvimento do Relatório de Monitoramento de um período específico;
- 2- Auditoria de terceira parte, denominada verificação, que ocorre in loco;
- 3- Após a aprovação da auditoria, ocorre a submissão dos documentos para o Registro VERRA, que faz uma revisão de acurácia do projeto;
- 4- Emissão dos créditos na Plataforma de Registro Internacional.

O projeto Ecomapuá Amazon REDD Project já passou por um processo de validação, revalidação, e dois processos de verificação.

As atividades de auditoria de terceira parte foram executadas por entidades certificadoras independentes e internacionais, com registro nas Nações Unidas e no Standard Verra, as quais certificaram os vários períodos de monitoramento ao longo dos anos, garantindo assim a integridade do processo de desenvolvimento e a transparência.

- A Ecomapuá Conservação detém os títulos/documentos definitivos de propriedade privada das fazendas onde o Ecomapuá Amazon REDD Project é realizado – Brasileiro, Lago do Jacaré, São Domingos, Vila Amélia e Bom Jesus –, emitidos pelo Incra? Seria possível apresentá-los, por favor?

Sustainable Carbon: Tais documentos foram apresentados para as equipes de auditoria de terceira parte, nos momentos da validação, revalidação e verificações. Esta etapa faz parte do processo de certificação e após aprovação, os relatórios de auditoria se tornam disponíveis publicamente.

- Das cinco fazendas onde o Ecomapuá Amazon REDD Project é desenvolvido, quatro estão parcialmente sobrepostas às áreas das Reservas Extrativistas (Resex) federais Mapuá e Terra Grande-Pracuúba – de acordo com o relatório da última auditoria do projeto, referente ao período de 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2017, 74% de sua área incide sobre os territórios das Resex. Segundo especialistas ouvidos pela reportagem, este fato faz com que o projeto seja irregular, apesar de contar com certificado VCS. Como a Sustainable Carbon se posiciona em relação a esta situação?

Sustainable Carbon: Com base no mesmo relatório de auditoria, a empresa Ecomapuá Conservação Ltda., que é a proprietária das áreas do projeto, foi criada em 2000, passou a ter a propriedade dos imóveis com o objetivo exclusivo de elaborar projetos de desenvolvimento sustentável e de créditos de carbono.

Apenas no período de 2005 e 2006, as RESEX Mapuá e Terra Grande-Pracuúba foram criadas, respectivamente. Ambas as reservas foram criadas por Decretos Federais, com base no interesse social, os quais determinam, entre outros aspectos, uma oferta de indenização por desapropriação com caráter social. Contudo, o processo de desapropriação, previsto na Lei nº 4.132 / 62 e Art. 10-A. da Lei nº 13.867, de 26 de agosto de 2019 o qual

determina que ‘O poder público deverá notificar o proprietário e apresentarlhe oferta de indenização’, não foi cumprido, logo, o decreto de criação das RESEX prescreveu.

A empresa Ecomapuá Conservação Ltda. não recebeu nem emissão de posse de terra, nem declaração de desapropriação, muito menos o pagamento de indenização desde a criação destas Reservas. Assim, os decretos de interesse social que autorizaram a criação das duas Reservas Extrativistas tiveram seus efeitos extintos em 21/05/2007 (Mapuá) e 06/06/2008 (Terra Grande-Pracuúba). Apesar da demora deste processo, a Ecomapuá manteve durante todo o período o compromisso com a manutenção do projeto, o qual possui altos custos de desenvolvimento e manutenção.

Importante destacar que, desde seu início, o projeto proporciona diversos benefícios às comunidades, tais como: a realização de um diagnóstico social, econômico e ambiental das comunidades em parceria com a UFRA, Projeto Piloto de Reflorestamento com Espécies Nativas em parceria com a Petrobras CENPES, Projeto Petrobras Fome Zero e diversos trabalhos de capacitação técnica para geração de alimentos com as comunidades do Rio Mapuá, entre diversos outros. Desta forma, o projeto REDD de carbono implantado pela Ecomapuá Conservação Ltda., com mais de 20 anos de atuação, é compatível e totalmente inserido no conceito de proteção extrativista, possuindo diversas sinergias bem como estando em linha com os objetivos das Reservas Extrativistas.

Em resumo, tendo em vista que as áreas não foram desapropriadas, a Ecomapuá atende, suporta financeiramente e é comprometida com o interesse social que também é a finalidade das Reservas Extrativistas.

- Especialistas consultados pela reportagem afirmam ainda que o Ecomapuá Amazon REDD Project viola as Salvaguardas de Cancun, definidas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima como princípios a serem observados na implementação de ações para a Redução de Emissões provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+). As salvaguardas determinam, entre outros pontos, a participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, como é o caso das comunidades extrativistas em questão. *Este aspecto estaria sendo desrespeitado, já que os moradores das Resex, enquanto concessionários das áreas formalmente reconhecidos pelo Estado brasileiro, não foram previamente consultados sobre a realização do projeto, tampouco participam de maneira efetiva de sua tomada de decisão ou têm acesso **direto** aos recursos financeiros gerados por ele.* Como a Sustainable Carbon se posiciona em relação a estes apontamentos?

Sustainable Carbon: Superado o tema da não desapropriação das áreas pelo ICMBio, conforme explicado anteriormente, é imperioso ressaltar que o projeto Ecomapuá Amazon REDD Project foi desenvolvido sob as regras do Verified Carbon Standard, metodologia reconhecida internacionalmente, o qual requer consultas locais aos stakeholders (partes interessadas) previamente à validação do projeto. Diversas consultas foram realizadas às comunidades, e também, à universidades, ONGs, associações, cooperativas, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais.

A frequência das consultas às partes interessadas é monitorada por meio do Relatório do Carbono Social, o qual é auditado por terceira parte. Durante o último período de monitoramento, foram realizadas em média duas consultas presenciais às comunidades por ano. Após essas consultas, diversas contribuições às comunidades tiveram efetivação, tais como a construção de

viveiros de mudas, a disponibilização de bolsas de estudo para os membros das comunidades, a contribuição com a construção de igrejas e centros comunitários, diversas doações para apoiar as necessidades de saúde de vários membros da comunidade, além de contribuições para a escola rural CFR que foram feitas no decorrer do projeto.

Cabe ainda destacar que a Ecomapuá atua há mais de 20 anos na região, e nesse período as comunidades foram sempre ouvidas e apoiadas por meio de programas e incentivos que o proponente do projeto instigou, sem quaisquer interesses políticos. Diversos projetos socioambientais têm sido desenvolvidos na área do projeto desde o início das atividades em 2001. Ecomapuá sempre procurou alcançar o máximo possível de comunidades da região para que estejam diretamente envolvidas nas atividades do projeto, mesmo aquelas que não se encontram dentro da área do projeto.

Existem diversas evidências sobre a realização destas consultas às comunidades, tais como fotos, relatórios técnicos, vídeos e atas de reuniões. É importante aqui pontuar alguns dos principais benefícios trazidos pela Ecomapuá para as comunidades da região, que somente foram possíveis devido ao desenvolvimento e manutenção do projeto de carbono, os quais foram previamente alinhadas em conjunto com as demandas das comunidades, sendo as mais recentes:

- Apoio à criação de uma cooperativa local (COAMA) para exploração de recursos naturais, principalmente o açaí;
- Apoio à certificação orgânica do açaí que agrega valor ao produto comercializado pela comunidade;
- Apoio à Casa Familiar Rural (CFR) para despesas com alimentação dos alunos;
- Busca de clientes para a compra de açaí direto da COAMA;
- Construção de viveiros de mudas;
- Oferecimento de cursos e treinamentos sobre técnicas de produção sustentável e prevenção/combate à incêndios;
- Reflorestamento e manutenção de espécies em áreas reflorestadas especialmente com oleaginosas;
- Construção de tanques de piscicultura com peixes para criação.

- Até hoje, os registros de CAR das quatro fazendas incidentes sobre as áreas das Reservas Extrativistas – Brasileiro, Vila Amélia, Lago do Jacaré e São Domingos – se encontram com status “pendente” no SICAR do Pará. De acordo com o próprio sistema, um cadastro é assim classificado quando é constatada “a declaração incorreta; ou no caso de sobreposições do imóvel rural com Terras Indígenas, Unidades de Conservação, Terras da União, áreas consideradas impeditivas, áreas embargadas, ou com outros imóveis rurais”. Como a Sustainable Carbon explica este fato?

Sustainable Carbon: O CAR, documento obrigatório para todas as propriedades rurais no Brasil, foi conduzido dentro do prazo legal segundo o Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, que na época exigia o prazo de dois anos após a entrada em vigor da nova lei. A empresa Ecomapuá Conservação Ltda. paga devidamente todos os impostos sobre as cinco propriedades da área do projeto, portanto, a execução do CAR é obrigatória. Assim, a Ecomapuá realizou o CAR de todas as propriedades de acordo com os requisitos legais pertinentes e dentro do prazo legal estipulado.

- Em março de 2018, a Promotoria de Justiça Agrária da I Região do Ministério Público do Pará recomendou à Semas o cancelamento dos registros de CAR “incidentes sobre áreas de projetos de assentamento agroextrativistas, territórios quilombolas e demais áreas coletivas, com

regularização fundiária já concluída, em benefício dos povos e comunidades tradicionais do Marajó". O documento se refere especificamente a alguns casos, como o dos cadastros sobrepostos às Resex Mapuá e Terra Grande-Pracuúba, dentre os quais, os da Ecomapuá Conservação Ltda. A Sustainable Carbon tem conhecimento desse fato? Qual seu posicionamento em relação a ele?

Sustainable Carbon: A Sustainable Carbon não tem conhecimento desta recomendação. Conforme mencionado anteriormente, não houve a desapropriação das áreas pelo ICMBio, conseqüentemente as reservas não foram criadas. Além disso, cabe ressaltar que o serviço de consultoria da Sustainable Carbon para o projeto Ecomapuá Amazon REDD Project abrangeu até o ano de 2017.

- Por que Marcelo Hector Sabbagh Haddad, da equipe técnica da Sustainable Carbon, realizou os cadastros ambientais rurais das propriedades?

Sustainable Carbon: A Ecomapuá Conservação Ltda. contratou empresa terceira de consultoria ambiental para realizar os cadastros ambientais rurais das propriedades, e o Marcelo, dentro da empresa terceira, foi a pessoa responsável pela execução do trabalho. A empresa terceira não tem qualquer relação com a Sustainable Carbon.

Vale destacar que a Sustainable Carbon não fornece este tipo de serviço em seu escopo de atividades.

- Em 2016, por meio do memorando nº51/2016/CGPT/DISAT, o ICMBio declarou a impossibilidade de dar "qualquer chancela ou suporte a tratativas relacionadas a projetos de crédito de carbono em Unidades de Conservação federais" diante das orientações do Ministério do Meio Ambiente sobre o tema à época. O documento analisou exatamente o caso do Ecomapuá Amazon REDD Project. Como a Sustainable Carbon lidou com essa negativa por parte do órgão ambiental? Desde então, a Sustainable Carbon tomou conhecimento de alguma atualização por parte do ICMBio em relação a essas diretrizes? Se sim, qual – poderiam por favor apresentar os documentos?

Sustainable Carbon: Inicialmente, deve-se esclarecer que o Memorando nº 51/2016/CGPT/DISAT/ICMBIO afirma que o ICMBio foi notificado pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil (MMA) para negar apoio a qualquer projeto de carbono florestal, no entanto, o entendimento atual do Ministério do Meio Ambiente é contrário ao disposto no referido memorando, conforme se verificará a seguir.

Há época da publicação do memorando, o entendimento do MMA era que os projetos de REDD desenvolvidos em nível de projeto não estariam de acordo com a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+), pois poderia resultar em dupla contagem com pagamento por resultados com iniciativas governamentais de controle do desmatamento. Ainda que não se trate do entendimento atual do MMA, é importante frisar que a ENREDD + foi instituída pela Portaria nº 370 de 02 de dezembro de 2015, portanto, cerca de 15 anos após o início do presente projeto.

Feitos esses esclarecimentos, cabe destacar que o Governo Brasileiro, por meio do Ministério do Meio Ambiente, promulgou recentemente as normativas para endereçar esta questão com a instituição do Programa Floresta+ Carbono. Por meio deste programa, o Governo concluiu que o mercado voluntário de carbono (sob o qual foi desenvolvido o projeto Ecomapuá Amazon REDD Project) se enquadra no Programa Floresta+ Carbono. Além disso, também definiu que os conceitos de REDD+ e

Floresta+ Carbono, tanto no cenário nacional quanto internacional, são programas independentes e separados:

a) O modelo REDD+ tem como objetivo fornecer financiamento de políticas públicas para mudanças climáticas no âmbito da UNFCCC com base na redução dos resultados de desmatamento e degradação e pagamentos por resultados, enquanto;

b) O Programa Floresta+ Carbono, no qual a presente atividade de projeto está contemplada, é um mercado voluntário de crédito de carbono para florestas nativas com base no pagamento por serviços ambientais que resulta no aumento e / ou manutenção dos estoques de carbono em florestas nativas.

No futuro, provavelmente haverá uma integração entre as duas abordagens (denominado como Terceira Fase - Regulamentação), porém atualmente (ano 2021) estamos na Primeira Fase: o Governo acaba de reconhecer os projetos voluntários de carbono e o próximo passo será o registro de tais projetos em uma Plataforma Nacional.

Além disso, outra importante questão esclarecida pelo Programa Floresta+ Carbono, de acordo com a Portaria nº 518/2020, artigo 2º, publicada pelo Ministério do Meio Ambiente, foi: “O mercado voluntário de carbono para redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, reconhecido pela Resolução CONAREDD+ nº 03, de 22 de julho de 2020, não acarretará qualquer obrigação de contabilização, ajuste ou registro no inventário nacional de emissões pelo Governo Federal, permitindo assim que o mercado voluntário estabeleça regras e parâmetros próprios, sem qualquer estabelecimento de responsabilidade ou correlação com os compromissos assumidos pelo governo brasileiro”.

Desta maneira, por meio desta definição do Programa Floresta+ Carbono, evita-se completamente quaisquer riscos de dupla contagem com a abordagem de pagamentos por resultados obtidos com iniciativas governamentais de controle do desmatamento.

- Como é o relacionamento da Sustainable Carbon e da Ecomapuá Conservação com a sede do ICMBio em Brasília?

Sustainable Carbon: Houve o contato direto com o ICMBio em Brasília na época da consulta às partes interessadas (stakeholders) referente à validação do projeto de créditos de carbono.

Posteriormente, os contatos, quando necessários, foram feitos diretamente com os então gestores das RESEX Mapuá e Terra Grande-Pracuúba em Breves e Curralinho, respectivamente.

- Como e quando a Sustainable Carbon passou a trabalhar com o Ecomapuá no Amazon REDD Project? Qual é exatamente a função da empresa em relação à execução do projeto?

Sustainable Carbon: A Sustainable Carbon foi a consultoria contratada pela Ecomapuá Conservação Ltda. para o desenvolvimento do projeto de créditos de carbono.

- Quando o Ecomapuá Amazon REDD Project iniciou a venda de créditos de carbono? Quantos créditos já foram vendidos desde então e qual o valor gerado pelas transações, em dólares?

Sustainable Carbon: Devido à má situação do mercado de carbono, o projeto Ecomapuá Amazon REDD Project levou vários anos até concretizar a primeira venda de créditos de carbono. As informações de quantidade de créditos vendida e valor gerado são confidenciais.

- Todos os créditos do projeto são comercializados com a intermediação da Sustainable Carbon?

Sustainable Carbon: Não.

- De que maneira é feita a divisão dos recursos gerados pelos créditos de carbono entre a Ecomapuá Conservação e a Sustainable Carbon?

Sustainable Carbon: Conforme colocado no ponto acima, a Sustainable Carbon é uma empresa de consultoria prestadora de serviços técnicos.

As respostas concedidas pela Sustainable Carbon para a Agência Pública, em 14 de dezembro de 2021, deverão ser publicadas na sua integralidade, de forma que não descontextualize o conteúdo e que não permita compreensão diversa daquela exposta, levando em consideração todo o conteúdo fornecido, assim como conteúdo que possam trazer danos reputacionais à empresa que não sejam condizentes com a realidade dos fatos, a Sustainable Carbon se resguarda o direito de reclamar por penas e danos. O mesmo se aplica à entrevista presencial, em que a reportagem deve se manter alinhada ao que foi dito e que não permita compreensão diversa do que foi abordado em reunião.